

Crises e novas sociabilidades sob o capitalismo: da integração social às teses da empregabilidade e da responsabilidade social

Elisabete Gonçalves de Souza

Doutoranda em Educação.
Universidade Estadual de Campinas.
Pesquisadora do Histedbr

Introdução

Como observou Gramsci¹, é em períodos de crise que podemos avaliar a capacidade das classes de fazerem política, isto é, de construírem formas de articulação e/ou aparelhos de hegemonia que garantam o consenso de classe, definindo as tendências do processo social. É, portanto, na materialidade do encaminhamento de prepostas de uma direção política que se definem as possibilidades de formação do consenso na classe e, conseqüentemente, as bases sob as quais se desenvolverá um processo político-cultural de reestruturação da hegemonia ou de constituição de uma nova hegemonia, que se expressará coma a instituição de um novo bloco de poder.

O presente trabalho tem por objetivo discutir as crises do capital ocorridas nas três ultimas décadas do século passado e cujos desdobramentos vieram a se radicalizar em 2008, com a bancarrota do sistema de credito norte-americano e uma nova crise internacional. Procura-se entender e analisar o alcance das crises e a extensão das políticas de salvaguardas lançadas pelo capital, que redundaram na ampliação das ações do Estado nos campos econômico e social sob as matrizes do Keynesianismo e do Estado de Bem-Estar Social, assim como o desmonte dessa estrutura em função das prerrogativas do mercado em sua fase neoliberal. Avançamos na compreensão da crise analisando sua estrutura: o esgotamento do fordismo face à crescente automação da produção; a reestruturação flexibilizada, tanto no campo da economia como na política e seus impactos nos processos de acumulação capitalista, na reprodução da força de trabalho, na dinâmica dos Estados e na vida dos trabalhadores. Por fim, analisamos o fracasso da reforma neoliberal, a privatização das políticas sociais de proteção ao trabalho e as teses reformistas do capitalismo da “terceira via”; a responsabilidade social como a nova cultura política, para minimizar a dicotomia inclusão/exclusão social.

¹ Gramsci, em "Americanismo e *fordismo*", discute o fordismo no leito dos mecanismos de contra tendência à queda da taxa de lucro e qualifica o *americanismo* como um movimento constitutivo de hegemonia. (Gramsci, 2001.)

As crises do entre Guerras: o surgimento do Estado de Bem-Estar Social

O capitalismo enquanto sistema econômico e social vem atravessando diferentes fases de desenvolvimento ao longo da história. Durante o século passado, ao mesmo tempo em que era contestado pelas revoluções proletárias, o modo de produção capitalista intensificou seu processo de expansão em todo o mundo. Tornou-se dominante e acentuou aquilo que alguns economistas e historiadores classificaram como o seu caráter imperialista, que adiciona à exploração da força de trabalho uma nova dimensão da opressão humana: a espoliação das nações mais pobres pelos centros capitalistas mais ricos e desenvolvidos que, em larga medida, monopolizam a exportação de capitais.

A centralização do capital nas mãos dos capitalistas mais poderosos levou à formação de grandes empresas monopolistas, à fusão do capital bancário com o capital industrial (formando o chamado capital financeiro), à exportação de capitais para outras nações e a uma crescente intervenção do Estado na economia. Sob o imperialismo, o mundo já viveu a barbárie de duas sangrentas guerras mundiais e, aparentemente, está a caminho de uma nova encruzilhada histórica. A chamada “globalização neoliberal”, liderada pelos Estados Unidos.

Como ressalta Boron (1994), com o término da Segunda Guerra Mundial, a reconstrução da economia política do Ocidente, foi levada a cabo através da transferência maciça de capitais norte-americanos, em especial para a Europa Ocidental, onde a maturidade das forças políticas da direção europeia tornaram possível a reconstrução democrática do velho continente. Toda a fase de reconstrução europeia foi dominada pela inquestionável supremacia da teoria de John M. Keynes. Segundo Boron a ortodoxia Keynesiana,

[...] revolucionou a sabedoria convencional dos economistas de seu tempo ao dar forma a uma estratégia consciente de regulação e organização do capitalismo que implicou em dar piedosa sepultura ao velho mito do mercado auto-regulado. [...] com Keynes ‘o capitalismo se torna marxista’, reconhecendo o caráter estrutural de suas endêmicas contradições e confiando ao Estado as tarefas de sua própria organização. (BORON, 1994, p.160)

Sob a lógica Keynesiana, o mercado que havia sido incapaz de organizar racionalmente a exploração capitalista, cede sua vez ao Estado. Isso implicou na ampliação do aparato estatal e sua progressiva centralidade no processo de acumulação capitalista. A forma institucional

assumida por estas novas práticas passou a ser conhecida como Estado Bem-Estar.² Sua inserção na totalidade social se efetivou mediante dois eixos principais: um modelo de acumulação e desenvolvimento que expressava a complexa relação entre Estado e capital; e um modelo que expressava hegemonia-dominação centrada na relação igualmente complicada entre Estado e massas populares. Sob esse aspecto pode-se dizer que o Estado de Bem-Estar nos capitalismo avançados requereu a compatibilização de duas lógicas que constantemente eram difíceis de sincronizar: uma de caráter econômico, orientada para a reativação da estabilização da acumulação capitalista; e outra de natureza política, voltada a estabelecer a paz social, promovendo, para horror dos liberais, a organização e corporativização das classes e camadas populares, de modo a institucionalizar os antagonismos sociais e criar uma ordem burguesa estável e legítima. Por mais de 20 anos (1948-1970) sob a égide das teorias de Keynes os governos conseguiram administrar as contradições do capital. Através de uma reforma social que intercambiava bem-estar material em troca de legitimidade política mantiveram-se no poder.

A democracia burguesa não podia socializar o poder político e os meios de produção, mas podia levar adiante políticas ativas de redistribuição de renda e de reforma social que a adotavam de uma profunda legitimidade diante dos olhos das classes populares européias. O que antes aparecia como uma fraude, nos anos dourados do pós-guerra se revelava como uma promissória realidade. (BORON, 1994, p.161)

Apesar de aproximar legitimidade política de bem-estar material, Boron (1994) chama a atenção que a extensão dos benefícios sociais foi resultado da capacidade reivindicatória e de pressão dos setores populares e ressalta que “onde os [setores populares] não tinham força política a classe dominante mantinha suas prerrogativas tradicionais. Quando a ameaça ‘de baixo’ se articulava orgânica e eficazmente, a burguesia admitia, a contragosto, as conquistas sociais dos operários” (Id.ib p.162). No entanto, como ressalta o autor, esse processo não foi homogêneo,

² Apesar do Brasil não ter vivido welfare, as leis sociais implementadas no pós-1930 referentes à legislação trabalhista e sindical representaram um tipo peculiar de articulação entre Estado e sociedade, viabilizando assim a consolidação de um Estado de compromisso. Ao mesmo tempo significaram o resultado da luta reivindicatória de classe trabalhadora na busca de sua cidadania, embora o Estado procurasse neutralizar o significado desta conquista, substituindo-a pelo discurso da "generosidade", da doação. Discurso este que trazia no seu bojo a lógica da reciprocidade, fundamental para a manutenção do pacto social. A criação dos serviços sociais, ao contrário das leis sociais, não parte de uma demanda das classes trabalhadoras, mas sim de uma necessidade das classes dominantes de estabelecerem mecanismos de controle social através da atuação direta aos trabalhadores, respondendo algumas de suas necessidades. Era preciso contemplar essa classe com o mínimo de condições para que continuasse produzindo, evitando-se os conflitos e garantindo, assim, a continuidade e reprodução de ordem vigente. Ver SANTOS, W.G. **Cidadania e justiça**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1999

dependeu das condições históricas e do peso das tradições político-organizativas, institucionais e ideológicas próprias de cada nação europeia.³

Sob esse aspecto pode-se dizer que o Keynesianismo inaugurou uma nova fase da história estatal, marcada pela ascensão de complexas estruturas de intermediação, que tiveram sucesso em controlar e desativar as iniciativas procedentes da base (as demandas sociais) legitimando governos e mantendo o consenso entre os dominados. Os gastos sociais do Estado refletiam as dimensões e os limites das políticas reformistas.

Com a política de reformas, o capital parecia ter encontrado um ponto de equilíbrio social; de harmonia e conciliação entre os interesses do capital e do trabalho. Julgava-se que o sistema realizaria a fantasia social-democrata, evoluindo para uma espécie de capitalismo democrático e popular. No entanto, não foi o que ocorreu. Contrariando as previsões otimistas dos governos e instituições do “primeiro mundo”, a história seguiu um rumo diferente. O fantasma da crise, que havia incomodado o sono da burguesia nos anos de 1930, retornou com força na década de 1970 provocando sérias perturbações no sistema produtivo e dramática alteração nas políticas econômicas.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que o compromisso de classe foi satisfatório enquanto a economia conservou sua capacidade de crescimento e integração social. No momento em que entrou em crise (estagnação econômica face à crise do petróleo de 1973), o intercâmbio de bem-estar material em troca de legitimidade política tornou-se muito trabalhoso, ficando extremante melindrado o consenso entre as classes.

O esgotamento do Estado de Bem-Estar Social

A especificidade da crise das décadas de 1970-1990 está no esgotamento do Estado de Bem-Estar Social e do modelo fordista de acumulação. No entanto, para iniciarmos essa

³ As ações dos governos populistas na América Latina se aproximaram daquelas mobilizadas pelas sociais-democracias europeias no pós-Guerra. No Brasil a moeda de troca foi a legislação trabalhista. O pacto social montado por Vargas envolvendo Estado e trabalhadores não se limitou apenas à implementação de uma legislação social, visando o controle e a disciplinarização das relações de produção, mas exigiram simultaneamente a interiorização e a aceitação desse controle pela constante recriação de formas mistificadas que obscurecessem e encobrissem a dominação e a exploração. A busca do consenso não se limitou à lógica material: legislação social em troca de apoio popular. À lógica material somou-se a lógica simbólica. O que significa dizer que a invenção do Estado-nação assim como de sua versão “trabalhista” se sustentou não só pela distribuição de benefícios sociais (que redundaram em ganhos materiais), mas principalmente a partir da construção ideológica em torno da ética do trabalho e da figura de Vargas. SOUZA, E.G. **Da questão social à paz social:** trabalhadores, Estado e empresários no Brasil na década de 1940. Niterói, 1995. Monografia. UFF/ Departamento de História.

discussão é importante demarcar que a crise desse período não foi uma crise meramente conjuntural, mas uma manifestação específica de uma crise estrutural do “sistema capital”.⁴ Significa dizer que, o que entrou em crise foi o mecanismo de solução da crise de 1929/1930: o esgotamento das políticas estatais sustentadas pelos fundos públicos, que nos últimos anos financiaram e mantiveram o padrão de acumulação capitalista.

Marx ao analisar o modo de produção capitalista, nos mostra que seu principal objetivo é a permanente maximização dos lucros. Diferente da exploração dos modos de produção precedentes, o capitalismo inscrever-se na história da humanidade como um processo social de produção que se constituiu mediante a separação entre a esfera econômica e a esfera política, pela unificação da produção e apropriação da mais-valia. Funda-se, pois numa relação formalmente igualitária, mas historicamente desigual: capital versus trabalho. Para firmar sua hegemonia no campo econômico, a ideologia capitalista engendrou nas mentalidades a idéia de sujeito livre e igual ante ao direito, o contrato e a moeda. Ao nível do senso comum, capitalistas e trabalhadores aparecem como sujeitos livres para comprar e vender a força de trabalho. Uma liberdade ilusória, à medida que as relações de força e de poder entre o capital e o trabalho são estruturalmente desiguais. Como ressalta Frigotto (1996, p. 64), “é sob essa ilusão e violência que a ideologia burguesa opera eficazmente na reprodução de seus interesses de classes”.

O capitalismo, apesar da aparente tendência ao equilíbrio e à igualdade, trata-se de um sistema que pela concorrência, sob forças e poder desiguais, conduz à acumulação, concentração e centralização de capital. A crise está, pois, organicamente engendradora na natureza das relações sociais capitalistas e “não é nada mais do que a maneira violenta de fazer valer a unidade das fases do processo de produção que se tornam autônomas”. (Marx apud Frigotto, 1996, p. 65). No entanto, vale salientar que a idéia de crise é complexa. Segundo Alves (2004, p. 2):

Na lógica do capital crise não possui apenas um mero sentido de negatividade. Pelo contrário, é através dela que o sistema produtor de mercadorias cresce e se expande, recompondo suas estruturas de acumulação de valor. Na verdade, a crise decorre da própria expansividade sistêmica, mesclando, em si, momentos de desenvolvimento ampliados das forças produtivas do trabalho social (o que se verifica através da série de Revoluções Científico-Tecnológicas que atingem os meios de produção, de comunicação e de transporte, desde a expansão do capitalismo industrial nos primórdios do século XIX) e momentos de exacerbação da expropriação, exploração e exclusão social (prehe de instabilidade política).

⁴ **Sistema capital** – expressão usada por Mészáros (2002). A intenção é reforçar o caráter depredador do capitalismo; o esgotamento de sua capacidade civilizatória. Ressalta-se aqui a inata contradição deste sistema: para se manter hegemônico tem que ser profundamente destrutivo.

Alves (2004) ao discutir as crises orgânicas do capital se reporta às análises de Lênin, às suas observações sobre o imperialismo como uma fase superior do capitalismo. Para o autor, Lênin estava apreendendo a constituição primordial de uma crise orgânica do capital que iria se desenvolver e ampliar no decorrer de todo o século XX, assumindo, a partir de meados da década de 1970, dimensões estruturais. “Ora, se o imperialismo anunciou, portanto, a crise orgânica do sistema do capital, em nossos dias, a “globalização” – ou a mundialização do capital, anuncia a sua crise estrutural” (Id.ib. p. 2).

A partir dessas análises pode-se dizer que a crise de 1970-1990 foi uma erupção violenta que exemplifica um processo de crises cíclicas. O conteúdo, os atores e as forças em jogo eram outros, mas a sua especificidade era a mesma. Tratava-se de uma crise que tinha uma mesma gênese estrutural, mas que trazia uma materialidade específica. Cada novo elemento que entra em cena para enfrentá-la acabava se revelando um novo complicador. Por exemplo, a entrada do Estado⁵, como imposição necessária ao enfrentamento da crise de 1920/1930, foi ao mesmo tempo um mecanismo de superação da crise e um agravador da mesma nas décadas subseqüentes.

De acordo com as análises de Frigotto (1996) as políticas do Estado de Bem-estar Social dos governos da social-democracia não tiveram capacidade de estancar um modelo de desenvolvimento social fundado sobre a concentração crescente de capital e exclusão social. Suas sucessivas crises no período entre Guerras (1914-1945) levaram Keynes a postular a intervenção do Estado na economia como forma de evitar o colapso total do sistema. No plano superestrutural a idéia de Estado-nação, a crescente ascensão dos regimes social-democratas, se apresentou como uma alternativa ao capitalismo selvagem, e aos projetos socialista e comunista.

Nesse contexto, o sistema capitalista incorpora as idéias da planificação socialista e principia aos Estados um quadro de recuperação e estabilidade, concretizado através de políticas públicas sociais que visavam à estabilidade dos empregos, rendas com ganhos de produtividade previdência social, incluindo seguro desemprego, direito à educação, moradia, etc.⁶ Tais idéias

⁵ Sob esse aspecto cabe aqui citar as análises de Gramsci sobre o papel do Estado nas economias capitalistas. Segundo Gramsci (1978) a complexidade dos processos de acumulação foi desmascarando a imagem do Estado liberal neutro, árbitro do bem comum. A atividade econômica, ao contrário deve ser resultado de forças livres do mercado e de uma racionalidade puramente técnica, que resulta, cada vez mais, da atividade política, o que o leva a concluir que crises econômicas redundam em crises de Estado e vice-versa.

6

De acordo com Hobsbawm (1992) da relação dialética entre padrão de financiamento da acumulação privada e de reprodução da força de trabalho, tendo como base o fundo público, decorrem inúmeras conseqüências que tradicionalmente só eram possíveis dentro do socialismo. a) o capitalismo produziu uma abundância de bens e serviços que levou a maioria das pessoas do Ocidente [Europa e Estados Unidos] a gozar de um padrão de vida muito além do que se poderia conceber há cinquenta anos atrás. b) muito do que tem sido visto como típico de uma

podem ser sintetizadas pelo slogan de Henry Ford “nossos operários devem ser também nossos clientes”.

De acordo com Oliveira (1988), o pacto entre capital, Estado e trabalhadores envolveu o financiamento pelo fundo público do capital privado e, ao mesmo tempo, de forma crescente a reprodução da força de trabalho, aumentando de forma generalizada a assistência à população, não como caridade, mas como direitos. De acordo com Oliveira:

[...] o fundo público, em suas diversas formas passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital de um lado e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais [...] o fundo público é agora, um *ex-ante* das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de *ex-posto* típico do capitalismo concorrencial. (OLIVEIRA, 1988, p. 8-9)

Segundo o autor, o desenvolvimento do *antivalor*, ao ampliar uma gama de valores de riqueza social que não se constituem em capital (bens e serviços públicos, desmercantilização significativa da reprodução da força de trabalho), ao subsidiar diretamente o capital privado favorecendo-o indiretamente, ao assumir parte dos custos de reprodução da força de trabalho, liberando-o de investir no desenvolvimento tecnológico, trouxe para o cenário político o embate entre as forças neoconservadoras, antidemocráticas, e as forças democráticas. O caráter contraditório da relação - fundo público - financiamento do capital privado e a reprodução da força de trabalho, face à crise dos anos 1970-1990 engendraram alternativas com custos sociais e humanos muito altos que redundaram em desemprego em massa, aumento da pobreza, enfim, no acirramento das desigualdades sociais.

O limite do modelo de desenvolvimento de Keynes se faz sentir já no final dos anos de 1960 quando ocorre a saturação dos mercados internos de bens e consumo duráveis, concorrência intercapitalista e crise fiscal e inflacionária que provocaram a retração dos investimentos. Junto como o Estado de Bem-Estar Social entraram em crise os regimes social-democratas e alastraram-se as teses em defesa da volta das “leis naturais do mercado” mediante as políticas neoliberais cujos postulados são em maior ou menor grau: Estado mínimo, o fim da estabilidade no emprego, o corte dos gastos públicos em previdência e políticas sociais. Para autores como

economia socialista tem sido, desde os anos de 1930, cooptado e assimilado por sistemas não-socialistas, principalmente uma economia planejada e a prosperidade estatal de indústrias e serviços. Mesmo com a onda neoconservadora dos governos de Thatcher na Inglaterra e de Regan nos Estados Unidos, entre 1980-1987 foram efetivadas 400 privatizações, sendo a metade delas em apenas cinco países, um deles, ressaltar o autor, foi o Brasil

Oliveira, citado acima, a crise do Keynesianismo se explica pela crescente incapacidade do fundo público de financiar a acumulação privada e manter as políticas sociais de reprodução da força de trabalho. Como destaca Offe (1984) “O Estado de Bem-Estar Social devido as suas múltiplas funções conflitivas de atender às necessidades privadas do capital e as demandas sociais e públicas, acabou se envolvendo numa crise fiscal que passou a comprometer sua própria continuidade”.

Segundo Anderson (1986), a crise de 1973 combinou, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. Esses dois indicadores além de mostrar a deteriorização do sistema capitalista, tocavam no seu ponto mais sensível: os níveis de lucro. Nesse contexto toma fôlego o novo pensamento liberal, tendo à frente Hayek, Popper, Friedman. Para este grupo a origem da crise estava no poder excessivo do movimento operário, cujas pressões reivindicatórias sobre as empresas e sobre o Estado corroíam as bases da acumulação capitalista. Se o capitalismo quisesse continuar a manter os níveis de lucro necessários a sua reprodução o papel do Estado deveria ser revisto: o Estado, por um lado, seria forte o suficiente para romper com os sindicatos e com o controle do fluxo de capitais, e por outro, fraco nos gastos sociais e nas intervenções econômicas. De acordo com as teses neoliberais caberia ao Estado realizar:

[...] uma disciplina orçamentária, com contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa natural de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalhadores para quebrar os sindicatos [...] reformas fiscais de modo a reduzir os impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar para dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagnação, resultado direto dos legados de Keynes (ANDERSON, 1996, p. 11)

Como nos chama à atenção Alves (2004), a crise orgânica do capitalismo que se desenvolveu no século XX não impediu o ciclo capitalista, mas o sobre determinou. Significa dizer que, mesmo no interior da crise existiram momentos de expansão (e crescimento) capitalista como se revelou o próprio fordismo e o Estado de Bem-Estar Social: novas formas de coordenação macroeconômica e macrosocial ligadas à presença da esfera estatal na reprodução societária. Inclusive o grau de coordenação sócio-estatal – no tocante a regulação do investimento e da moeda – contribuiu para constituir, naquelas condições históricas e geopolíticas específicas, uma dinâmica excêntrica, uma verdadeira singularidade do ciclo capitalista, que apareceu como “ciclo virtuoso”, ocultando as contradições objetivas e dilacerantes da crise orgânica que se desdobrou na década de 1970.

De acordo com Oliveira (op.cit), a crise afetou os processos de internacionalização produtiva e financeira da economia capitalista, retirou parte dos ganhos fiscais sem, todavia, liberar o fundo público de financiar a reprodução do capital e da força de trabalho, o que significa no plano teórico, que os limites do sistema só podem estar na negação de suas categorias reais: o capital e a força de trabalho, e que “a função do fundo público no travejamento estrutural do sistema tem muito mais haver com os limites do capitalismo, com os desdobramentos de suas contradições internas” (OLIVEIRA, 1988, p.12-13).

Os sinais de declínio do modelo de desenvolvimento fordista, cuja expressão maior foi o esgotamento do Estado de Bem-estar Social, coincidem paradoxalmente com as modificações científicas na base técnica do processo produtivo, resultado do financiamento direto ao capital privado pelo fundo público. Nesse contexto, a microeletrônica⁷ associada à informatização, à engenharia e a outros campos das ciências permitiu a criação de novos materiais e novas fontes de energia o que levou a substituição “de uma tecnologia rígida por uma tecnologia flexível” (FRIGOTTO, 1996, p. 77). Essa mudança qualitativa na base técnica acelerou o aumento da incorporação de capital morto e a diminuição de capital vivo no processo produtivo. O impacto desse modelo sobre o conteúdo do trabalho, sobre divisão do trabalho e sobre a qualidade do trabalho e sua qualificação, levou o capital a exigir um novo tipo de trabalhador: com maior capacidade de abstração, iniciativa para gerenciar máquinas informatizadas e inteligentes, com capacidade para resolver rapidamente, de forma autônoma, problemas ligados a seu processo de trabalho. No âmbito da produção a classe trabalhadora se cindia entre trabalhadores qualificados e trabalhadores multifuncionais. Para os primeiros bons salários, estabilidade e capacitação contínua. Para os multifuncionais, contratos temporários, insegurança, precarização, uma vez que sob esta nova base técnica,

o sistema produtivo necessita apenas de uma pequena parcela de trabalhadores estáveis combinada com uma grande massa de trabalhadores de tempo parcial, terceirizados, ou

⁷ Rodrigues, J. (1998) analisando os documentos produzidos pela CNI – Confederação Nacional da Indústria, órgão de classe dos empresários brasileiros - nos mostra que entre as décadas de 1980/1990 o empresariado pensava a competitividade formulando propostas para a reestruturação do Estado, da educação e da formação profissional, a partir de uma política industrial que toma o ‘capital humano’ como insumo básico. Ou seja, associava incrementos na produtividade e competitividade às inovações tecnológicas à resolução dos problemas sociais, o que levaria o fim da luta de classe e das concepções políticas progressistas que tencionam o espaço público com questões como: concentração de renda e desemprego. Para a CNI a responsabilidade pelo desemprego e pela possibilidade de exclusão não é do capital, mas dos próprios indivíduos e das deficiências do sistema de ensino e das demais políticas públicas, que de certa forma ainda resistem a se adequar às demandas da economia competitiva. Ver RODRIGUES. J. **O moderno príncipe industrial**. São Paulo: Autores Associados, 1998.

aqueles que, por não serem imediatamente necessários à produção, são compelidos a ser trabalhadores independentes que se auto-empregam, ou patrões de si mesmos (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2001, p.33)

Rummert (2004), ao analisar as políticas públicas de educação profissional implementadas nas últimas décadas pelo Estado brasileiro, nos chama a atenção que os trabalhadores ligados ao núcleo central do capital, em que predomina às novas tecnologias, são mais escolarizados e gozam de razoável proteção social: estão inscritos no mercado formal, trabalham em empresas de alto padrão tecnológico, têm acesso a curso de requalificação profissional, etc. Fora desse núcleo seletivo, estão os demais trabalhadores, que possuem pouca ou nenhuma escolaridade. Aqueles que estão empregados em setores economicamente declinantes, que são obrigados a abrir mão de seus direitos para manter seus empregos; que são forçados a aceitar serviços de baixa produtividade, sem proteção social mínima, com vínculos temporários. Para estes a preocupação do Estado se resume à complementação da escolarização básica e a preparação para o exercício de trabalho simples Ou seja, garantir as condições mínimas para a exploração, sem que possam vislumbrar qualquer transformação de suas realidades objetivas. Como destaca Saviani (2007, p.22), no quadro atual do desenvolvimento capitalista, o acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade, mas não garante ao indivíduo o acesso aos postos de trabalho, pois não há emprego para todos. Trata-se de um processo de crescimento excludente, em que a tão propagada teoria do capital humano se apresenta refuncionalizada, alimentando, na educação, a busca da produtividade tal como determinam os postulados neoprodutivistas.

Nas relações sociais, o que se materializa são formas diferenciadas e violentas de alienação e superexploração da classe trabalhadora, como ressaltam (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2001, p. 37):

As políticas neoliberais de desregulamentação, flexibilização do trabalho e de destruição da esfera pública materializam, de forma conjugada, a exacerbação da face destrutiva do capital. A destruição mais visível é a do conjunto dos direitos sociais e subjetivos duramente conquistados pela classe trabalhadora e a instauração de uma insuportável e desintegradora provisoriedade e insegurança.

As análises aqui feitas acerca da relação capital/trabalho revelam de forma mais dura as críticas à “nova” teoria do capital humano, que postulam ser o mercado o “sujeito educador”. Dentro dessa abordagem os direitos sociais básicos, que incluem o sistema de ensino, a assistência entre outros, deixam de ser direitos e tornam-se bens ou serviços que se compram

diretamente no mercado. Imputa-se aos méritos e as responsabilidades individuais a determinação do sucesso no mercado de trabalho e na vida.

No item que segue nos deteremos em analisar como a privatização das políticas sociais de proteção ao trabalho assalariado vem sendo discutida nas teses reformistas do capitalismo da terceira via face à crise do modelo keynesiano, cuja lógica de intervir na dinâmica do mercado fornecendo bens públicos, “se tornou anacrônica face aos imperativos impostos pelo capitalismo globalizado”. (GIDDENS, 2005, p.23).

Nem keynesianismo nem neoliberalismo: uma terceira via para a crise do capital

Como vimos, para combater a crise orgânica dos anos de 1930, o capitalismo construiu uma experiência combinada de keynesianismo e Estado de bem-estar social, visando compatibilizar a acumulação e a valorização capitalistas com direitos políticos e sociais mínimos, reconduzindo classe trabalhadora ao “leito econômico-corporativo”.

Após amargar uma nova crise em 1973, no final dos anos oitenta o capitalismo, face ao desmonte objetivo das experiências ditas "socialistas", reestruturou-se, liberando-se de todo e qualquer compromisso com a satisfação das necessidades reais da população e da ampliação da cidadania, levando aos extremos a idéia de liberdade do mercado, num movimento que combinou aumento das taxas de lucro face ao aumento do crédito com aumento das desigualdades sociais, face à redução dos empregos e salários, ações combinadas que redundaram numa nova crise no final dos anos de 1990. Com o objetivo de contornar mais um fracasso, a nova tese liberal reformista apela para o que chamam de “terceira via”, uma nova hegemonia do capital centrada num controle maior dos conflitos através de uma intervenção assistencialista na sociedade civil, em que destacam os chamados programas de responsabilidade social.

Para Giddens (2005), teórico desse movimento, o declínio cívico do capital, o esgotamento de sua capacidade civilizatória, não está restrito à dimensão econômica; está diretamente relacionado ao enfraquecimento do senso de solidariedade, à dissolução dos laços societários e familiares. Para tanto, sugere um novo **individualismo que deve ser instaurado tendo** como preceito norteador a autoridade participativa: “não há direitos sem responsabilidades” e “não há autoridade sem democracia”. Nessa perspectiva, cabe ao Estado, ao setor privado e a sociedade civil realizar um conjunto de ações capazes de combinar solidariedade social com economia dinâmica. (Id. ib. p. 75-76)

No campo das relações sociais de produção a política da ‘terceira via’ dá destaque ao “*cultivo do potencial humano*” e atribui à educação a responsabilidade de “redistribuição de possibilidades”, incorporando idéias que se inserem na teoria do “capital humano”. Nessa perspectiva, o trabalhador, frente aos riscos da sociedade globalizada e altamente tecnológica, precisa estar permanentemente inserido no processo educacional, adquirindo habilidades específicas necessárias às transições entre empregos e desenvolvimento de competências cognitivas e emocionais, isto é, investir continuamente em seu capital humano e nos atributos da empregabilidade de modo a estar apto a competir pelos poucos empregos disponíveis no mercado laboral. Por isso toda ação política deve ser orientada para incentivar a poupança, o uso de recursos educacionais e outras oportunidades de investimento pessoal.

De acordo com suas teses o governo pode alterar o quadro de declínio cívico que vem se configurando no final de século, desde que atue diretamente em pequenos grupos, principalmente junto aos mais pobres, estimulando o sentimento comunitário, no sentido de serem solidários com aqueles que têm preocupações semelhantes e que se juntam para empreender uma “jornada pela vida”. Neste contexto, a competitividade, a geração de riquezas são qualidades do mercado. Qualidades estas que não poderão ser desenvolvidas pelos indivíduos sem o apoio do governo, isto é, elas não serão desenvolvidas se os indivíduos forem abandonados a própria sorte. Assim, cabe ao governo investir nos recursos humanos e na infra-estrutura necessária para o desenvolvimento de uma cultura empresarial” (id.ib p.109). Por isso defende a idéia de que o governo, junto com a sociedade civil, devem ser os protagonistas de uma “renovação da cultura cívica”.

Para Giddens (2005), “a terceira via deve adotar uma atitude positiva em relação à globalização”, mas com uma concepção de globalização ampliada, isto é, não restritamente relacionada ao “mercado global”; deve consolidar uma “esquerda moderna” capaz de governar um tipo de capitalismo “competente e justo”. Competente no sentido de governar nos moldes de uma gerência empresarial que deve aprofundar a democracia e promover uma maior “redistribuição de oportunidades”, pois para ele a desigualdade não está atrelada à **igualdade de oportunidades**, mas à “**redistribuição de possibilidades**”. Diz que a questão da *igualdade de oportunidades*, (tese neoliberal que implica princípios meritocráticos) embora não deva ser desconsiderada, não pode adquirir o *status* definidor de igualdade. A igualdade, em sua concepção, integra os aspectos econômicos (“oportunidade”) e cívicos (“envolvimento”). Nessa

perspectiva, a “igualdade como inclusão” e a “desigualdade como exclusão” carrega um sentido mais amplo que se expressa no discurso da responsabilidade social, que tem como eixo de sustentação a dicotomia público-privado; a propagação de uma cultura (direção ideológico-político) que promulga a eficiência do setor privado em detrimento do público e proclama que a capacidade auto-regulável do mercado possibilitará a sociedade satisfazer suas necessidades.

No Brasil, a difusão desses valores culturais, assentados na desregulamentação e na privatização do público está intrinsecamente relacionada à concepção de sociedade civil que ganhou força no âmbito da dinâmica reformista dos anos de 1990. Contrariamente ao pensamento gramsciano que compreende o Estado de forma ampliada dialeticamente articulado com a sociedade civil, sob o ideário neoliberal, a sociedade civil é desqualificada enquanto espaço de luta de classes. Segundo Montaño (2003) intensifica-se nos planos teórico e prático-político uma conformação de sociedade civil com legalidade e institucionalidade próprias, situada entre o Estado e o mercado, uma esfera pública não-estatal, um terceiro setor, para onde são transferidas as responsabilidades de efetivação dos direitos sociais não satisfeitos na esfera pública.

Nesse cenário, a responsabilidade social surge como uma das estratégias para a formação de consensos, garantindo a burguesia manter e conservar sua hegemonia de classe. Deste modo, compreende-se a empresa como meio de produção material e, ao mesmo tempo, como um dos agentes políticos que atuam na sociedade civil, concretamente, como uma das instituições responsáveis pela “representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias” (COUTINHO, 1996. p. 53).

A ampliação de ações educativas formais e não-formais ancoradas no discurso da responsabilidade social através de programas, como os alfabetização, escolarização e treinamento de trabalhadores desenvolvidos pelos empresários individualmente ou em parceria com instituições, empresas, órgãos governamentais e ONGs, voltados prioritariamente para jovens em situação de risco social e trabalhadores excluídos da vida produtiva, com o objetivo nobre de “transformar indivíduos marginalizados da vida econômica em cidadãos” (SENAI, 2004), revelam ser a educação a principal estratégia para a o controle da questão social em tempos de neoliberalismo.

Enfim, trata-se de uma releitura da teoria do capital humano, onde educação passa a ser uma subvariável de uma nova variável econômico-ideológica: a responsabilidade social

empresarial. Digo isso, pois além da questão mercadológica tal discurso é uma excelente estratégia de controle dos excluídos à medida que mantém acesa a chama da empregabilidade, contribuindo, assim, para o estabelecimento da nova cultura política do capitalismo reformista da terceira via, pois se revela em dividendos materiais e simbólicos que garantem a reprodução ampliada do capital.

Nessa perspectiva, o conceito de responsabilidade social constitui-se como um “instrumento capaz de formar consensos, à medida que as idéias que fazem interface com o conceito manifestam-se como um fenômeno natural, como algo resultante de uma iniciativa de caráter espontâneo, desinteressado e gratuito” (Simionatto e Pfeifer, 2006, p.11) que pode ser desenvolvida pelo Estado, sem os apelos do assistencialismo keynesiano e/ou pela sociedade civil, em parceria com instituições e empresas.

Considerações finais

Como vimos, nas últimas décadas do século XX, o esgotamento do modelo fordista-keynesiano, trouxe mudanças estruturais para os países capitalistas centrais e periféricos, que afetaram o modelo de produção e as relações de trabalho, assim como provocaram modificações nas relações entre o Estado e a sociedade civil, repercutindo, conseqüentemente, na elaboração de novas estratégias de domínio e de subordinação do trabalho ao capital, assim como na produção de um novo consenso de classe, que não exigisse a ampliação de políticas sociais para controlar as resistências dos trabalhadores, mas que buscasse obter o consentimento ativo das classes trabalhadoras ao processo de reestruturação ampliada do capital. Nessa perspectiva, a recomposição da hegemonia neoliberal vem consolidando uma concepção de Estado com ênfase nas forças do mercado, em detrimento de sua dimensão pública e democrática. (Simionatto e Pfeifer, 2006), em que se propaga a idéia do Estado não mais como provedor de serviços públicos, mas como regulador e fiscalizador, devendo buscar nas parcerias com a iniciativa privada a complementaridade necessária para a execução de suas responsabilidades.

No campo das ideologias, o capitalismo reformista da “terceira via” vem propagando uma nova sociabilidade pautada no discurso da responsabilidade social cujo objetivo é ocultar a produção e a reprodução da questão social enquanto desdobramento de relações sociais desiguais entre capital e trabalho. Neste ambiente, a questão social, mais especificamente os conflitos entre capital e trabalho, deixou de ser foco da ação particular do Estado, passando a ser objeto da

atuação empresarial, que através das práticas de responsabilidade social incorpora as demandas de reprodução social, alçadas outrora no âmbito dos conflitos de classe. Trata-se, no horizonte do projeto burguês, de um novo modo de incorporação das demandas das classes trabalhadoras por seus direitos sociais e de cidadania, cujo objetivo é “retirar e esvaziar a dimensão de direitos universais do cidadão quanto às políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto-culpa pelas mazelas que afetam a população e de auto-ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento” (MONTAÑO, 2003, p. 23).

Trata-se da propagação de uma cultura (direção ideológico-político) cujo propósito é formar novos valores e padrões sociais que sejam compatíveis com as necessidades do capital em seu estágio globalizado: despolitiza e constrói formas de passividade nas massas e mutila as conquistas das classes trabalhadoras, e, contraditoriamente, sob a aparente defesa do interesse público revela-se, na essência, como o fortalecimento da lógica privada. (Simionatto e Pfeifer, 2006)⁸.

Por isso acreditamos que o caminho político a ser vislumbrado para luta contra-hegemônica encontra nas teses de Gramsci, um campo fecundo para reflexão acerca das possibilidades cada vez mais concretas de se instaurar uma nova direção societária no Planeta, mesmo que não seja em bloco como a desejamos. Os prenúncios de tal direção já se anunciam como a organização da sociedade civil sobre novas bases, que necessariamente não são os partidos políticos nem a classe operária, mas a massa de trabalhadores nos diferentes movimentos sociais em diversas partes do mundo: sujeitos coletivos, oprimidos, cujos ecos de indignação e o clamor por mudanças vêm forjando a instauração de um novo projeto de sociedade, ainda que tomado como utópico para aqueles que não acreditam em revoluções.

Assim como Gramsci, acreditamos que a afirmação de um novo modo de ser e viver a vida, disseminada pelos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora em seus diferentes aparelhos de hegemonia são estratégias fundamentais, no sentido que nos permite tomar posições em diferentes instâncias da sociedade civil, consolidando uma direção ética e moral pautada pelos princípios do materialismo histórico.

⁸Aparelhos de hegemonia do capital, como a mídia, reforçam a imagem positiva das empresas privadas face às públicas, transformando o mercado em referência de excelência no desenvolvimento das atividades sociais e coletivas, como saúde, educação, justiça, defesa, ordem pública, naturalizando a mercantilização dos direitos sociais e sua instrumentalização pela racionalidade econômica.

Sem abrir mão de estratégias de dominação, Gramsci dá especial destaque às ações no âmbito da sociedade civil, ressaltando que, quanto mais as forças contra-hegemônicas resistem às investidas do poder dominante, mais fortes se tornam, mais se ampliam, conquistam novos aliados e firmam sua direção, ainda que clandestinamente. Partindo dessa perspectiva de luta, podemos dizer que o avanço das forças contra-hegemônicas nas últimas décadas, em especial na América Latina, tem sinalizado para a possibilidade de construção de um novo projeto societário que, gestados nos limites estruturais impostos pelo capital se impõem como de inexorável realização.

Referências:

ALVES, G. Trabalho e globalização. **Revista Autor**. [Rio de Janeiro], ano 4, número 40, p. 1-4, out. 2004.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In : ____ . SADER, E. ; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais do Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
ARANTES, A. Neoliberalismo e liberdade do capital . **Vermelho: portal do Partido Comunista do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 jun. 2005 Disponível <http://www.vermelho.org.br/diario/2005>

ARRUDA, Fausto. **Os fundamentos da crise atual do capitalismo**. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br> Edição n. 48 de dezembro de 2008.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo:Ed. da UNESP, 2000.

BIANCHETTI, R. G. O ressurgimento neoliberal In: **Neoliberalismo e política educacional**. São Paulo : Cortez, 2001

BORON, Atílio. Democracia e reforma social na América Latina: reflexões a propósito da experiência européia. In: _____. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro [s.n], 1994.

CHINELLI, F. **A crise do capitalismo e a “ética” da empregabilidade**. Digitado, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**. São Paulo: Cortez, 1996.

FRIGOTTO, G. A natureza, especificidade e custos humanos da crise dos anos 70/90. In: _____. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

FRIGOTTO, G ; CIAVATT, M. A crise do capital e a crise ético-política. In: _____. **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GENTILI, Pablo. Três Teses sobre a relação Trabalho e Educação nos tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. (Orgs). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas/SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002 P.45-60.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro> Civilização Brasileira EDUFRJ, 2001. V 2

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **Concepção dialética da história**. 10. ed. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1995..

HOBBSBAWM, E. **Crise da ideologia**: liberalismo x socialismo. Revista Carta. Brasília, n. 1, p.-142-150, 1992.

MEZÁROS, I. **Para além do capital** São Paulo: Ed. Unicamp: Boitempo, 2002.

MARTINS, Umberto. Prosperidade e crise na dialética do capital. **Vermelho**: portal do Partido Comunista do Brasil, Rio de Janeiro, 15 jun. 2005 Disponível <http://www.vermelho.org.br/diario/2005>

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez. 2004.

OLIVEIRA, F. o surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. **Revista Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 22, p. 8-28, out. 1988.

OLIVEIRA, F. A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina. In: _____. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

RODRIGUES. J. **O moderno príncipe industrial**. São Paulo: Autores Associados, 1998.

RUMMERT, Sonia Maria. **Educação Básica e profissional de trabalhadores**: políticas públicas e ações do Estado, do trabalho e do capital. Niterói, 2004. Projeto de Pesquisa.

SANTOS, W.G. **Cidadania e justiça**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, D. “O pensamento pedagógico brasileiro: da aspiração à ciência à ciência sob suspeição”. **Educ. e Filos.**, Uberlândia, v. 21, n. 42, p. 13-35, jul./dez. 2007.

SENAI/DN. Ações de responsabilidade social favorecem geração de trabalho e renda. **Informativo do SENAI** Rio de Janeiro, Ano 13, n. 72, p. 8-11 abr. 2004. Matéria da capa. Disponível em: <http://www.senai.br/sb/sb72/materia72.htm> acesso em mar 2010.

SIMIONATTO, Ivete; PFEIFER, Mariana. Responsabilidade social das empresas: a contraface da sociedade civil e da cidadania. *Texto & Contexto*, n. 5, nov. 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1016/796>